



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciências da Informação e Documentação

Departamento de Administração

JOÃO GOMES DE CASTRO NETO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE
O perfil de duas escolas da rede particular de ensino na
cidade de Montes Claros - MG.

Brasília – DF

2011

JOÃO GOMES DE CASTRO NETO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE
O perfil de duas escolas da rede particular de ensino na
cidade de Montes Claros - MG.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Administração como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração, na modalidade à distância, pela Universidade de Brasília (UnB).

Professor Supervisor: Doutora Selma Lúcia de Moura Gonzales

Professor Orientador: Doutora Fabrícia Pimenta

Brasília – DF

2011

Castro Neto, João Gomes de.

Educação Ambiental e Sustentabilidade. O perfil de duas escolas da rede particular de ensino da cidade de Montes Claros – MG / João Gomes de Castro Neto - Brasília, 2011.

41 f. : il.

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília, Departamento de Administração - EaD, 2011.

Supervisor: Profª Drª Selma Lúcia de Moura Gonzalez

Orientador: Profª. Drª Fabrícia Pimenta

Departamento de Administração.

1. Educação Ambiental. 2. Escolas. 3. Gestão Ambiental

JOÃO GOMES DE CASTRO NETO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE
O perfil de duas escolas da rede particular de ensino na
cidade de Montes Claros - MG

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Administração da Universidade de Brasília do
(a) aluno (a)

João Gomes de Castro Neto

Dr^a. Fabrícia Faleiros Pimenta
Professor-Orientador

Dr^a. Fabrícia Faleiros Pimenta
Professor-Examinador

Dr^a. Marisângela Aparecida
Professor-Examinador

Brasília, 11 de junho de 2011.

Meus mais profundos e sinceros agradecimentos àquele que me deu a vida e sabedoria: Deus. À minha família, em especial minha esposa Flávia e à minha orientadora Dra. Fabrícia Pimenta que em todos os momentos portou-se como um farol que me guiava nesta obra.

A educação ambiental é decisiva. Ela mostra que há outros modos de viver. E que eles ajudam a preservar a biodiversidade, a água, todos os recursos naturais e seres vivos.

Se a educação ambiental avançar como é preciso, a sociedade aprenderá a discutir esses temas. E obrigará os políticos e os governantes a transformá-los em questões prioritárias, como é urgente e decisivo fazer.

Washington Novaes

RESUMO

Este estudo teve por objetivo analisar a existência de projetos relacionados à educação ambiental em duas das 66 escolas da rede particular de ensino da cidade de Montes Claros – MG. Foi realizada uma pesquisa de campo, com abordagem quantitativa, envolvendo 2 diretores pedagógicos e 56 professores; dos quais participaram os diretores pedagógicos e 30 professores. Os projetos de Educação Ambiental encontrados tem a colaboração de todos os participantes da pesquisa e parte deles, além de participar, incentivam a relação entre a escola e a comunidade, demonstrando um bom nível de comprometimento com o tema. Projetos como a instalação e utilização de mini-fazendas, a realização de pedaladas ecológicas e comemoração à semana do meio ambiente demonstraram a forma de atuação das escolas a respeito da Educação Ambiental.

Palavras – chave: 1. Educação ambiental. 2. Escolas 3. Gestão Ambiental.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Grau de envolvimento dos professores com projetos de Educação Ambiental	30
Gráfico 2 - Inserção da Educação Ambiental em fase curricular da Educação Infantil	30
Gráfico 3 - Inserção da Educação Ambiental em fase curricular no Ensino Médio ...	31
Gráfico 4 - Grau de importância da Educação Ambiental como fator preponderante na formação e desenvolvimento dos alunos	31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Projetos existentes	28
Tabela 2 - Grau de Importância da Educação Ambiental na formação e desenvolvimento do aluno.....	29

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Problema de Pesquisa	13
1.2	Objetivo Geral	13
1.3	Objetivos Específicos	13
1.4	Justificativa	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	Gestão Ambiental: um breve histórico.	16
2.2	A Educação Ambiental	19
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	24
3.1	Tipo e descrição geral da pesquisa.....	25
3.2	Caracterização da organização, setor ou área objeto de estudo	25
3.3	Participantes do estudo.....	25
3.4	Instrumento(s) de pesquisa.....	26
3.5	Procedimentos de coleta e análise de dados.....	27
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	28
4.1	Computação dos dados	28
4.1.1	Dados coletados dos diretores pedagógicos	28
4.1.2	Dados coletados dos professores.....	29
4.2	Discussão dos dados coletados.....	32
5	CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES	33
5.1	Síntese dos resultados.....	33
	REFERÊNCIAS.....	35
	APÊNDICE A.....	37
	Consentimento livre e esclarecido para participação em pesquisa	37
	APÊNDICE B.....	39
	Questionário aos diretores pedagógicos.....	39
	APÊNDICE C	40
	Questionário aos professores	40

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia tem por objetivo pesquisar e analisar a frequência da Educação Ambiental em duas escolas da rede particular de ensino da cidade de Montes Claros – MG, sendo elas o Colégio Prisma e o Colégio Sólido. Também identificará a relação instituição/professores dentro dos projetos de Educação Ambiental, dos quais estão envolvidos em seu ambiente de trabalho.

O estudo da gestão ambiental é uma área de conhecimento e ocupação profissional extremamente nova, que ainda está em fase inicial no que tange à elaboração de um arcabouço teórico de referências. Tal estudo nasce no contexto da crise ambiental que se intensificou a partir da década de 70 em todo mundo, em que se passou a observar o desenvolvimento de diversas abordagens de explicação da questão ambiental.

Segundo Nascimento (2008, p. 18),

A década de 1970 ficou conhecida como a década da regulamentação e do controle ambiental, ou seja, a época do “comando-controle”. Após a Conferência de Estocolmo, em 1972, as nações começaram a estruturar seus órgãos ambientais e a estabelecer suas legislações, visando o controle da poluição ambiental. Poluir passou a ser considerado crime em diversos países. Na mesma época, a crise energética, causada pelo aumento do preço do petróleo, trouxe à discussão dois novos temas que, mais tarde, ajudaram, e muito, a luta daqueles que se preocupavam com a proteção do meio ambiente. Ou seja, foram discutidas questões relativas à racionalização do uso de energia e à busca por combustíveis mais puros, oriundos de fontes renováveis. Ao mesmo tempo, as primeiras tentativas de valorização energética de resíduos unem dois dos temas de maior evidência nessa década: meio ambiente e conservação de energia. O conceito de desenvolvimento sustentável começa a surgir no painel de temas em discussão. Assim, em 1978, na Alemanha, surge o primeiro selo ecológico, o Anjo Azul, destinado a rotular produtos considerados ambientalmente corretos (NASCIMENTO, 2008, p. 18).

Desde então, colocou-se em discussão a forma como o homem utiliza os recursos naturais disponíveis para a satisfação de suas necessidades e que consequências podem surgir devido à má administração desses recursos.

Estudos na área de gestão ambiental apontam que a mesma deva ser compreendida como um processo que visa minimizar, ou se possível e desejável eliminar os aspectos intensificadores da questão ambiental ampliados nesta última

década e que se evidencia com mais nitidez, dado os perceptíveis sinais que a natureza se encontra no seu limite.

Os recursos naturais devem ser o ponto de referência para o alinhamento das necessidades humanas e não o contrário.

O aumento das escalas de aglomerações e concentração populacional nos territórios sociais, a velocidade de extração dos recursos naturais e a expansão técnica e informacional, comprometeram a vida humana na terra e suas necessidades naturais. E, quanto maior a escala de necessidades, maiores serão as adaptações e transformações do ambiente natural, pois maiores serão as diversidades e a velocidade de recursos extraídos. Da mesma forma serão maiores a quantidade e a diversidade dos resíduos gerados e menor será a velocidade de reposição desses recursos (PHILLIPPI JR. et al, 2004, p.3-4, apud PESSOA e SILVA, 2007).

Em seu conceito, a gestão ambiental pode ser compreendida como um processo, o qual inicia-se quando promove adaptações ou modificações no ambiente natural, de forma a adequá-lo às necessidade individuais ou coletivas, gerando dessa forma ambientes nas suas mais diversas variedades de conformação e escala (PHILLIPPI JR. et al 2004, p.3-4, apud PESSOA e SILVA, 2007).

Segundo Leff (2001) apud PESSOA e SILVA (2007), a Gestão Ambiental “diz respeito à maneira de gerir a utilização dos recursos naturais, com vistas a minimizar os impactos gerados pelo o homem [...]”.

A gestão ambiental deve ser compreendida como uma forma de administrar os recursos ambientais não só no presente, mas também no passado e futuro; no passado, recuperando os Biomas e no futuro, diminuindo os impactos sócio-ambientais que tem crescido de forma grandiosa. A Educação Ambiental também é essencial para a formação do ser humano, incorporando à sua cultura boas práticas em favor do meio ambiente (CASTRO NETO, 2011).

A história mostra que a preocupação com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável ocuparam lugar secundário nas agendas político-governamentais (PESSOA e SILVA, 2007, p. 3).

Tal afirmação é fundamentada pela própria degradação que temos presenciado, como o aumento da poluição, do desmatamento, do consumismo, a extinção de espécies da fauna e flora e o aumento do número de espécies ameaçadas de extinção. LEFF (2002, p.09) em sua obra Epistemologia Ambiental relata o pouco avanço do tema e como é tratado pela sociedade:

Transcorridas quase três décadas desde a realização da Conferência de Estocolmo, em 1972, não seria um exagero afirmar que continuamos a lidar

com a crise sócio-ambiental como se ela representasse apenas uma perturbação intempestiva, uma espécie de ruído de fundo a ser tratado de forma reativa e fragmentada, sem implicar a transgressão da lógica profunda que condiciona a organização das sociedades contemporâneas. Apesar do efeito mobilizador exercido pela Rio 92, as ações que vêm sendo empreendidas em nome da gestão ambiental ou do desenvolvimento sustentável (sic) têm se mostrado até o momento ambíguas, fragmentadas e pouco capazes de fazer justiça à complexidade dos desafios criados pela busca de redução das desigualdades no interior de cada país e entre países, de consolidação progressiva de novos arranjos institucionais para um controle democrático-participativo dos riscos da evolução técnica, e de internalização de uma relação de simbiose autêntica e duradoura dos seres humanos com a natureza.

Isto nos leva a admitir que, no plano das mudanças efetivas (sic) de comportamento, a crise sócio-ambiental constitui um item ainda marginal da agenda de preocupações cotidianas da maior parte da população do planeta (LEFF, 2002, p.09).

Em 1977 realizou-se a Conferência Intergovernamental de Tbilisi, na Geórgia, e ela é considerada como um dos principais eventos sobre a Educação Ambiental do Planeta. A conferência só foi possível diante de uma parceria entre a UNESCO e o Programa de Meio Ambiente da ONU – PNUMA. Nesse evento formalizou-se a preocupação global com a Educação Ambiental e dele resultou-se suas definições, os objetivos, os princípios e as estratégias.

Assim, a discussão em torno da Educação Ambiental e a sustentabilidade torna-se cada vez mais necessária na formação do indivíduo e na continuidade desta formação a fim de garantir uma boa qualidade de vida para o ser humano e também garantir a continuidade dos recursos naturais disponíveis. Para isso, os agentes sociais, que são os atores do desenvolvimento sustentável ou insustentável, da educação ou ignorância, devem perceber seu papel na construção de uma economia e sociedade sustentável.

Neste estudo destacou-se a Educação Ambiental e como está sendo tratada pelas escolas da rede particular de ensino na cidade de Montes Claros - MG. Buscou-se identificar a existência ou não de projetos ambientais e as perspectivas de diretores pedagógicos e professores do ensino fundamental (6º ao 9º ano), considerado período de educação básica e que tem por objetivo a formação do cidadão, mediante:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (LEI Nº 9.394, 20 dez. 1996).

Também se identificou as expectativas dos diretores pedagógicos e professores envolvidos na pesquisa com relação à Educação Ambiental.

1.1 Problema de Pesquisa

Existem projetos de Educação Ambiental e Sustentabilidade nas escolas Prisma e Sólido da rede particular de ensino de Montes Claros – MG?

1.2 Objetivo Geral

Analisar a existência de projetos relacionados à educação ambiental em duas das escolas da rede particular de ensino da cidade de Montes Claros – MG, sendo elas Colégio Prisma e Colégio Sólido.

1.3 Objetivos Específicos

- Identificar o papel socioambiental das instituições de ensino particular;
- Nas que possuem projetos de educação ambiental, descrever as particularidades existentes;
- Observar o envolvimento dos professores dentro dos projetos desenvolvidos.

1.4 Justificativa

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, conhecida como Eco-92 ou Rio-92, realizada em 1992, no Rio de Janeiro, trouxe o lançamento da Agenda 21 Global. A Agenda 21 é um programa de ações, com contribuição de 179 países, que tem como objetivo a promoção de um novo padrão de desenvolvimento, unindo métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica (NASCIMENTO, 2008, p. 45).

A Agenda 21 Global, gerou subníveis de responsabilidade criando: Agenda 21 Nacional (Agenda 21 Brasileira) e Agenda 21 Local; que é um diferencial da Agenda 21 Brasileira em relação a outros países. Com a criação das Agendas 21, a sociedade brasileira está procurando por uma nova racionalidade que:

Garanta a solidariedade e a cooperação, tanto quanto a continuidade do desenvolvimento e da própria vida para as gerações futuras, ameaçadas pelo consumismo perdulário e pela exploração predatória dos recursos naturais (BRASIL. Agenda 21 Brasileira – Ações Prioritárias / Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. Disponível em: http://www.ibama.gov.br/rn/wp-content/files/2009/05/Agenda_21_-_Aes_prioritarias.pdf. Acesso em: 25 set. 2010).

Nesse contexto, a presente pesquisa visa identificar esta solidariedade e cooperação nas escolas pesquisadas; o que tais escolas tem feito em relação à preservação do meio ambiente.

A preocupação com o meio ambiente tem sido objeto de estudos e discussões, principalmente em relação à forma de extração dos recursos naturais, os impactos causados pelo crescimento desordenado e de que forma pode-se desenvolver sem comprometer as gerações futuras (desenvolvimento sustentável). Isto é, sem a percepção e ação de toda a humanidade em relação ao meio em que vive e à qualidade de vida no mesmo e também sem atitudes proativas que visem o bem-estar comum, não conseguiremos sustentar a vida da mesma forma. Em um futuro próximo, caso não haja mudanças significativas, haverá racionamento de água energia constantemente e não serão conhecidas diversas espécies da fauna e flora outrora existentes.

À medida que o ritmo frenético do cotidiano do homem cresce, o seu conhecimento distancia-se dos fatos ao seu redor e sofre grande perda ao separar-

se do mundo em que vive e dos recursos naturais dos quais é extremamente dependente (MORIN e KERN, 2001).

Desta forma, mostra-se aconselhável que percebamos de que forma a Educação Ambiental está sendo disseminada, principalmente nas escolas, berço da formação do ser humano. É importante conhecer as ações realizadas por estas escolas e qual o grau de importância a Educação Ambiental tem para professores e diretores pedagógicos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gestão Ambiental: um breve histórico.

O século XVIII foi o marco para a produção fabril, o avanço tecnológico e a forma de se viver. A Revolução Industrial trouxe o automatismo, a velocidade, o desenvolvimento contínuo, cada vez mais rápido e desordenado. Também trouxe o desejo, impulso, por consumir, fazendo com que as indústrias fabricassem mais à medida da satisfação da necessidade do cliente; que passou a ter um ciclo muito breve.

A preocupação com o meio ambiente surgiu em meados da década de 1960, com o lançamento do livro *Primavera Silenciosa*, um clássico de Rachel Carson¹, que se referia à compreensão das interconexões entre o meio ambiente, a economia e as questões relativas ao bem-estar social.

Ao final da década, cientistas que assessoraram o Clube de Roma, utilizaram cálculos matemáticos para alertar sobre os riscos de um crescimento econômico contínuo baseado em recursos naturais não renováveis. Atualmente, a escassez desses recursos desperta pesquisas por todo o mundo sobre a melhor forma de gerir tais recursos e como conscientizar a população para uma nova atitude diante de tal fato. Detectar ações na comunidade é essencial para auxiliar a análise do nível de conhecimento dos educadores em relação à Educação Ambiental.

Em 1972, o relatório *Limites ao Crescimento* e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em Estocolmo, na Suécia; em 1975, um Encontro Internacional sobre Educação Ambiental que culminou com a formulação de princípios e orientações para um programa internacional de Educação Ambiental (EA), segundo o qual esta deveria ser contínua, interdisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais.

Em 1978, criação do primeiro Selo Ecológico, o chamado Anjo Azul que rotulava produtos ambientalmente corretos (produtos que possuem um processo de

¹ Rachel Louise Carson (27 de Maio, 1907 – 14 de Abril, 1964) zoóloga, bióloga e escritora americana.

² ENTENDA o que foi a Rio-92. *O Estado de S. Paulo*. Disponível em:

fabricação voltado na redução do impacto ambiental). Atualmente, os selos ecológicos são conhecidos como Selos Verdes, que conforme Nascimento (2008, p.150):

É um rótulo colocado em produtos comerciais, trazendo informações que asseguram que eles não foram produzidos às custas de um bem natural que foi degradado ou que seu uso, embalagem ou o resíduo que dele resultar, não irão causar malefício ambiental. Assim, atestam que um produto causa menor impacto ambiental em relação a outros “comparáveis” disponíveis no mercado.

Em 1980, uma série de leis e relatórios a fim de regulamentar os impactos causados pela industrialização; nessa mesma época, foi firmado o Protocolo de Montreal, banindo uma família de produtos químicos e estabelecendo prazos para sua substituição; ainda nessa década (1987), foi elaborado o Relatório de Brundtland, disseminando o conceito de Desenvolvimento Sustentável.

Na década de 1990, percebe-se uma evolução das discussões sobre o meio ambiente e o conhecimento sobre os impactos de resíduos químicos lançados no meio ambiente estão mais difundidos. É nessa época que é realizada, no período de 3 a 14 de junho de 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, conhecida como Rio-92 ou Eco-92, na cidade do Rio de Janeiro.

A Rio-92 reuniu 108 chefes de Estado no intuito de diminuir as diferenças dos níveis de desenvolvimento dos países situados no norte e sul do planeta, buscando introduzir a ideia de desenvolvimento sustentável. Desta conferência, surgiram os seguintes acordos²:

- Convenção de clima – Documento que propunha a volta das emissões de gás carbônico aos níveis de 1990. Sem prazos determinados, o objetivo era reduzir os gases responsáveis pelo aquecimento da Terra. Cento e cinquenta e três países assinaram o termo, incluindo os Estados Unidos.
- Convenção da biodiversidade – A meta principal era a proteção das espécies do planeta. Estabelecia mecanismos para que países tivessem acesso pagos às florestas e fontes da biodiversidade. Previa transferência

² ENTENDA o que foi a Rio-92. O *Estado de S. Paulo*. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/entenda-o-que-foi-a-rio-92,3827.htm>>. Acesso em 02 jun. 2011.

de tecnologia e reconhecimento de patentes e produtos que fossem descobertos a partir destas espécies. Os EUA não assinaram esse acordo.

- Agenda 21 – Documento com 2.500 recomendações para implantar a sustentabilidade, sugerindo ações ambientais para os anos seguintes ao término da conferência. Tratava de vários temas como população, oceanos, resíduos tóxicos e desertos.
- Declaração do Rio – Foi o documento mais simbólico da Rio 92, o equivalente, para o meio ambiente, à Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Com esta conferência, tanto a sociedade em geral como as empresas, passaram a ter uma nova visão sobre o desenvolvimento econômico, preocupando-se com o crescimento atual sem comprometer as gerações futuras. Ali, instituiu-se a Agenda 21 Global, que conforme Nascimento (2008, p.45):

A Agenda 21 é um programa de ações, para o qual contribuíram governos e instituições da sociedade civil de 179 países, que constitui a mais ousada e abrangente tentativa já realizada de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica (NASCIMENTO, 2008, p.45).

Em 1997, foi firmado o Protocolo de Quioto, que é um tratado internacional que estabelece compromissos para a redução da emissão dos gases que provocam o efeito estufa, considerados como a principal causa do aquecimento global. Os países desenvolvidos que são signatários deste Protocolo têm a obrigação de reduzir a emissão de gases do efeito estufa em, pelo menos, 5,2% em relação aos níveis de 1990 no período entre 2008 e 2012.

Em 2002, ocorreu a Rio+10, em Joanesburgo, na África do Sul. Eventos como esse mostraram que, no final do Século XX e início do Século XXI, a questão ambiental ultrapassou os limites das ações isoladas e localizadas, para se constituir em uma inquietação de toda a humanidade. A preocupação com o uso parcimonioso das matérias-primas escassas e não renováveis, a racionalização do uso de energia e a opção pela reciclagem, que combate o desperdício, convergem para uma abordagem mais ampla e lógica do tema ambiental que pode ser resumida pela expressão “qualidade ambiental”.

Este reconto dos principais fatos na história da Gestão Ambiental nos mostra que nas décadas de 60 a 90, os intervalos foram maiores no que tange à discussão dos problemas ambientais em relação às duas últimas décadas. Percebe-se pequena importância da preservação do meio ambiente nas décadas anteriores à Rio 92. Da mesma forma, percebe-se que a Rio 92 foi um grande marco para o mundo em relação ambiental. Podemos perceber que nem tudo o que foi proposto ou debatido na Rio 92 foi implementado; talvez uma pequena parte. Nota-se também que as definições dos limites para preservação do meio ambiente são diferentes em cada país. Nota-se que os Estados Unidos, na Rio 92, não assinou a Convenção da Biodiversidade. Também está evidente a dificuldade de manter uníssona as recomendações para manter a sustentabilidade propostas pela Agenda 21; são 2.500.

Como auxiliar no cumprimento das ações propostas pela Rio 92, está a escola, que participa da formação do caráter e personalidade, que auxilia a família em seu desenvolvimento, entregando conhecimento a um ser em formação. A escola como, agente formador, deve auxiliar o aluno na prática e transmissão de conhecimentos, principalmente no que se refere à Educação Ambiental, necessária à sobrevivência humana.

2.2 A Educação Ambiental

A Educação Ambiental foi definida, na Conferência de Tbilisi, como uma dimensão que deveria ser dada ao conteúdo e à prática educacional, buscando auxiliar na resolução dos problemas ambientais, via enfoques interdisciplinares e de uma ativa e responsável participação de cada indivíduo e da coletividade como um todo. Na concepção de SATO (2002: 23-24):

A Educação Ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A Educação Ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida (SATO, 2002, p. 23-24).

No Brasil, em 1999 foi aprovada a Lei nº 9.795/99, que dispõe sobre Educação Ambiental: “Componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal”. Em seu artigo 3º, inciso V, a referida Lei delega às empresas, às entidades de classe e às instituições públicas e privadas a incumbência de promover programas de capacitação aos seus trabalhadores, visando o efetivo controle do meio ambiente do trabalho e suas repercussões no processo produtivo. Trata-se de um processo, como numa identidade cultural, que deve fazer parte da formação do homem para a construção de uma sociedade sustentável.

Os princípios básicos da Educação Ambiental declarados na referida lei, em seu artigo 4º, são:

- I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Em 1977, aconteceu a chamada “Conferência de Tbilisi” em Tbilisi, Geórgia. Foi recomendado que a prática da Educação Ambiental devesse considerar todos os aspectos que compõem a questão ambiental, ou seja, aspectos políticos, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos, éticos, culturais e ecológicos, dentro de uma visão inter e multidisciplinar. Nela, a Educação Ambiental foi definida como uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação, orientada para resolução de

problemas concretos do meio ambiente através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade, como podemos ver no conceito ratificado na conferência:

Os objetivos da Educação Ambiental definidos na Conferência de Tbilisi foram:

- **CONSCIÊNCIA** – ajudar os grupos sociais e os indivíduos a adquirirem consciência do meio ambiente global e ajudar-lhes a sensibilizarem-se por essas questões.
- **CONHECIMENTO** – Ajudar os grupos sociais e o indivíduo a adquirirem diversidade de experiências e compreensão fundamental do meio ambiente e dos problemas anexos.
- **COMPORTAMENTO** – ajudar os grupos sociais e os indivíduos a comprometerem-se com uma série de valores e a sentirem interesse e preocupação pelo meio ambiente, motivando-os de tal modo que possam participar ativamente da melhoria e da proteção do meio ambiente.
- **HABILIDADES** – ajudar os grupos sociais e os indivíduos a adquirirem as habilidades necessárias para determinar e resolver os problemas ambientais.

Percebe-se que a Educação Ambiental está deixando de ser concebida com ênfase em apenas um dos seus aspectos, que é o ecológico, e levando-se em consideração também os outros aspectos: econômico, social, ético, político, científico, tecnológico e cultural. PORTILHO (2005) nos alerta para uma mudança nas concepções a respeito ecologia. Consumir, por exemplo, passa a ser um ato de cidadania, uma forma de completar a satisfação pessoal como direito adquirido.

MORIN (2001) aponta para necessidade de um pensamento ecológico que leve em consideração a ligação vital de todos os sistemas vivos, ao seu ambiente. Tais questões, entretanto, necessitam de atenção especial por parte dos órgãos nacionais e internacionais responsáveis pela conservação da natureza, bem como da população em geral, uma vez que para se alcançar sucesso na realização de qualquer trabalho que proporcione a conscientização da sociedade, é preciso a participação ativa da população.

A Educação Ambiental passou a ser um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, que no seu artigo 225, nos diz que: “Todos têm direito ao meio

ambiente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e as futuras gerações”.

Morin (2001) aponta para necessidade de um pensamento ecológico que leve em considerando a ligação vital de todos os sistemas vivos, ao seu ambiente. Essas questões, entretanto, necessitam de atenção especial por parte dos órgãos nacionais e internacionais responsáveis pela conservação da natureza, bem como, da população em geral, uma vez que para se alcançar sucesso na realização de qualquer trabalho de nível conscientizatório, é preciso a participação ativa da população (MORIN, 2001 apud CAVALCANTE, 2009).

Se a escola não apresentar esta visão global, esta conscientização, teremos sérios problemas nas gerações futuras.

Pela gravidade da situação ambiental em todo o mundo, assim como no Brasil, já se tornou categórica a necessidade de implementar a EA para as novas gerações em idade de formação de valores e atitudes, como também para a população em geral, pela emergência da situação em que nos encontramos (GUIMARÃES, 1995, p.14).

É importante lembrar que os problemas ambientais são resultados de ações locais, mas suas conseqüências demonstram resultados globais, de interesse de toda a população. E é nesse sentido que a Educação Ambiental atua como um processo. Tal processo só pode ter sucesso em seu objetivo se possui uma visão integrada do meio ambiente e que seja baseada numa abordagem científica e analítica com a pretensão de diagnosticar, gerar dados e propor soluções que minimizem os impactos ambientais causados ao meio natural pelas atividades humanas, (DIAS, 2006, p. 54).

LAYARGUES (2002, p. 169) defende a Educação Ambiental como um processo educativo eminentemente político, que visa ao desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais. Busca uma estratégia pedagógica do enfrentamento de tais conflitos a partir de meios coletivos de exercício da cidadania, pautados na criação de demandas por políticas públicas participativas conforme requer a gestão ambiental democrática.

É esse processo educativo que deve ser encontrado nas escolas e seus professores. É uma consciência crítica e tempestiva, que entende a preservação ambiental e a sustentabilidade como questões urgentes e eternas. Não a simples prática de comemorações como o “dia da água”, o “dia da árvore”, mas uma

construção do conhecimento pela Educação Ambiental. Podemos concordar com GUIMARÃES (1995, P. 31) quando expõe a diferença entre a simples transmissão de valores e a construção de uma consciência crítica em relação à Educação Ambiental:

No trabalho de conscientização é preciso estar claro que conscientizar não é simplesmente transmitir valores “verdes” do educador para o educando; essa é a lógica da educação “tradicional”; é, na verdade, possibilitar ao educando questionar criticamente os valores estabelecidos pela sociedade, assim como os valores do próprio educador que está trabalhando em sua conscientização. É permitir que o educando construa o conhecimento e critique valores com base em sua realidade, o que não significa um papel neutro do educador que negue os seus próprios valores em sua prática, mas que propicie ao educando confrontar criticamente diferentes valores em busca de uma síntese pessoal que refletirá em novas atitudes (GUIMARÃES, 1995, p.31).

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

A metodologia de pesquisa tem como tarefa identificar e analisar os "recursos metodológicos, assinalar suas limitações, explicitar seus pressupostos e as consequências de seu emprego" (ASTI VERA, 1974, p.7).

Matias (2006, p.28) descreve a Metodologia da seguinte forma:

Metodologia é o conjunto dos métodos que cada ciência particular põe em ação. A colaboração entre demonstração lógica e experimentação, a interação entre ciência pura e tecnologia, é uma característica do espírito científico contemporâneo (MATIAS, 2006, p.28).

A Metodologia de pesquisa proporciona a investigação de fatos, dados ou a ausência deles para auxiliar na resolução de problemas sociais ou criar conhecimentos.

A presente pesquisa buscou verificar o trabalho com a Educação Ambiental em duas escolas da rede particular de ensino e os fatos ou fenômenos apresentados que comprovam a inobservância ou descaso do que trata os termos anteriores, com a situação atual.

Utilizou-se de estudos exploratórios nesta pesquisa para entender se existe ou não um fenômeno. Foram aplicados questionários com questões fechadas e questões abertas sendo que, somente as questões fechadas foram consideradas para tabulação de dados.

Também foi utilizada a pesquisa bibliográfica, para fundamentar as afirmativas e conceitos e estimular a discussão acerca do tema e aprofundar no mesmo sem, contudo deixar de delimitar o problema.

3.1 Tipo e descrição geral da pesquisa

Para análise dos participantes, foi utilizado questionário direcionado aos diretores pedagógicos das duas escolas participantes e seus respectivos professores do ensino fundamental; estes, determinados pelo próprio diretor pedagógico para responder o questionário sob a justificativa de maior disponibilidade de tempo para tal.

3.2 Caracterização da organização, setor ou área objeto de estudo

Intencionamos a pesquisa para duas escolas da rede particular de ensino de Montes Claros por considera-las bastante representativas na cidade e região norte mineira, principalmente no que tange à quantidade de alunos e ao tamanho (porte) das instituições de ensino.

3.3 Participantes do estudo

Os participantes desta pesquisa foram os colégios Prisma e Sólido da cidade de Montes Claros.

Foi disponibilizado o acesso aos professores do Ensino Fundamental (56 professores) e aos diretores pedagógicos (2 diretores pedagógicos).

O Colégio Prisma, instituição de ensino com 16 anos de atividade, possui 125 professores, sendo 30 professores atuantes no Ensino Fundamental, que é o universo deste estudo. Possui cerca de 2.500 alunos que vão da Educação Infantil até o nível superior, com as Faculdades Prisma. Com uma estrutura de mais de 10.000 m², localizado na região central da cidade, destaca-se pela qualidade do

ensino e seus resultados nos vestibulares das principais faculdades do Estado de Minas Gerais e do país.

O Colégio Sólido possui menos tempo de atividade (apenas 3 anos), mas destaca-se de igual forma pelo porte, estrutura física e quantidade de alunos (cerca de 2.000). São 89 professores, dos quais, 26 atuam no Ensino Fundamental. A metodologia de ensino e administração do Colégio Sólido é semelhante ao Colégio Prisma, já que seus fundadores foram os mesmos do Colégio Prisma em 1995.

3.4 Instrumento(s) de pesquisa

Esta pesquisa foi realizada através da aplicação de dois questionários quantitativos. Um questionário contendo sete questões direcionadas ao diretor pedagógico e outro contendo seis questões direcionadas aos professores do ensino fundamental.

3.5 Procedimentos de coleta e análise de dados

Para este trabalho, as primeiras pesquisas realizadas foram feitas em setembro de 2010, quando tive acesso a diversos artigos disponibilizados pela coordenação do curso de Administração da Universidade de Brasília – UNB, relacionados à Gestão Ambiental e Sustentabilidade, eixo temático desta monografia. Motivado pela riqueza do material coletado, aprofundei as leituras sobre o tema.

Nesse sentido, chamou minha atenção o artigo Consumo “Verde”, Democracia Ecológica e Cidadania: Possibilidades de Diálogo? , da autora Fátima Portilho, que descreve uma nova visão sobre o consumo e seu novo impacto na sociedade (consumo com valor de cidadania). O artigo também evidencia que o consumo é um campo social estruturado cujo atendimento da necessidade a que se destina o produto não é mais o fator preponderante da compra, mas sim o status que a propriedade daquele bem produzirá perante a sociedade. Também foi evidenciada a necessidade de frear o consumo visto à escassez de recursos naturais para a demanda presente e futura. Esse novo comportamento sobre a sociedade e os novos valores da cidadania me fizeram aprofundar as pesquisas a cerca da Educação Ambiental e sua referência ao cidadão e sua formação.

A partir da leitura do artigo *Consumo “Verde”, Democracia Ecológica e Cidadania: Possibilidade de Diálogo?* foi elaborado o questionário aplicado aos diretores pedagógicos e professores dos colégios Prisma e Sólido da rede particular de ensino em Montes Claros – MG, no período de fevereiro a março de 2011, com o objetivo de identificar a presença ou não de projetos de Educação Ambiental nestas escolas.

A escolha desse período justifica-se pelo fato de que o início do ano letivo, geralmente, dá-se no mês de fevereiro e nesse período já havia sido concluído o planejamento de aulas para o corrente ano.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Computação dos dados

4.1.1 Dados coletados dos diretores pedagógicos

Primeiro trataremos do questionário direcionado aos diretores pedagógicos. Foram apresentados e analisados dois questionários.

A questão 02 teve 100% de respostas positivas. Conclui-se que as escolas participantes da pesquisa possuem projetos de Educação Ambiental já implantados.

Na questão 03 solicitamos a enumeração e descrição dos projetos ambientais já realizados pela escola. Veja na Tabela 1:

Instituição	Quantidade de projetos	Descrição
Colégio Prisma	03	<p>Pedalada Ecológica – Realizada uma vez no ano, reunimos grande parte dos alunos para uma pedalada rumo ao Parque Sapucaia (parque florestal) e à Organização Vida Verde de preservação (OVIVE), no intuito de conscientizar alunos e pais e também a comunidade local sobre a preservação do meio ambiente.</p> <p>Eco Fazendinha– Instalamos uma mini-fazenda em nossa escola para integrar as crianças com os animais e plantas.</p> <p>Semana do meio ambiente – Trabalho de toda a escola com foco no meio ambiente</p>
Colégio Sólido	02	<p>Fazendinha ecológica – Estimula os alunos a conhecerem os animais, interagir com eles e a protegê-los. Os alunos participantes são da Educação Infantil e Ensino Fundamental.</p> <p>Semana do meio ambiente – Semana dedicada ao meio ambiente com elaboração e exposição de trabalhos artesanais com enfoque na preservação ambiental</p>

Tabela 1 – Projetos existentes
Fonte: CASTRO NETO, 2011.

A questão 4 buscava identificar em que fase do currículo escolar a Educação Ambiental estava inserida naquela escola. Nesta questão, também foi verificada unanimidade, sendo: Na Educação Infantil, 2º período; em todo o Ensino Fundamental e em todo o Ensino Médio.

A questão 7 demonstra qual o grau de importância, para o diretor pedagógico, a Educação Ambiental tem como fator preponderante na formação e desenvolvimento dos alunos. Dos dois questionários apresentados e respondidos tivemos o seguinte resultado, conforme a tabela 2:

	Indiferente	Pouco importante	Importante	Muito Importante	Essencial
Colégio Prisma					X
Colégio Sólido				X	

Tabela 2 - Grau de Importância da Educação Ambiental na formação e desenvolvimento do aluno
Fonte: CASTRO NETO, 2011.

4.1.2 Dados coletados dos professores

Para os professores, foram disponibilizados 56 questionários onde 30 foram respondidos, 53,57% do total.

Quando perguntados se participam de projetos de Educação Ambiental em suas escolas (questão 2), todos os professores responderam sim.

Com relação à forma de participação dos professores em tais projetos, obtivemos o seguinte resultado conforme o gráfico 1:



Gráfico 1 - Grau de envolvimento dos professores com projetos de Educação Ambiental
Fonte: CASTRO NETO, 2011.

Na questão 4 a opinião dos professores em relação à qual fase do currículo escolar deveria estar inserida a Educação Ambiental, foram alcançados os seguintes resultados.

Na Educação infantil,

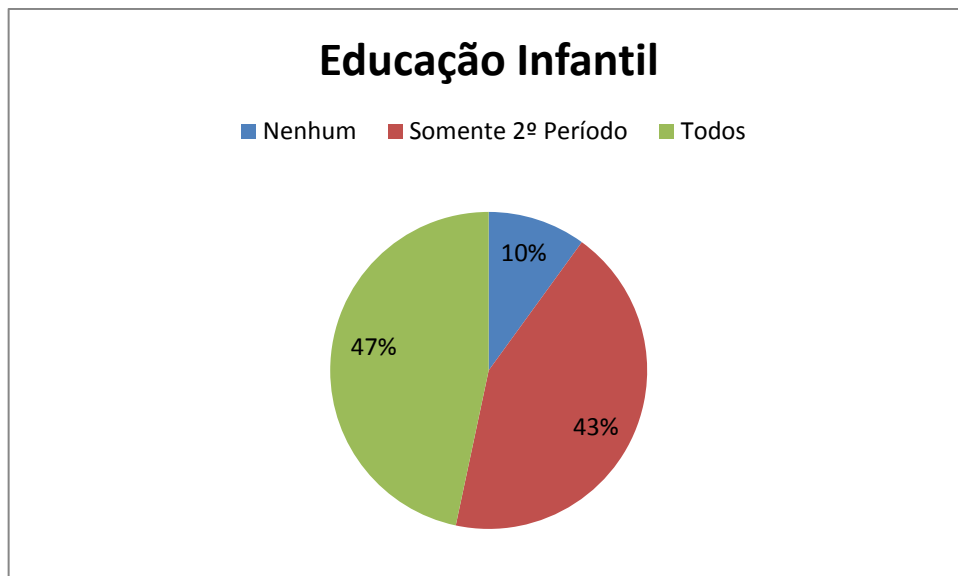


Gráfico 2 - Inserção da Educação Ambiental em fase curricular da Educação Infantil

Fonte: CASTRO NETO, 2011.

No Ensino Fundamental, obtivemos unanimidade quanto à inserção da Educação Ambiental no currículo dos alunos na opinião dos professores.

Para o Ensino Médio, as respostas foram apresentadas da seguinte forma:

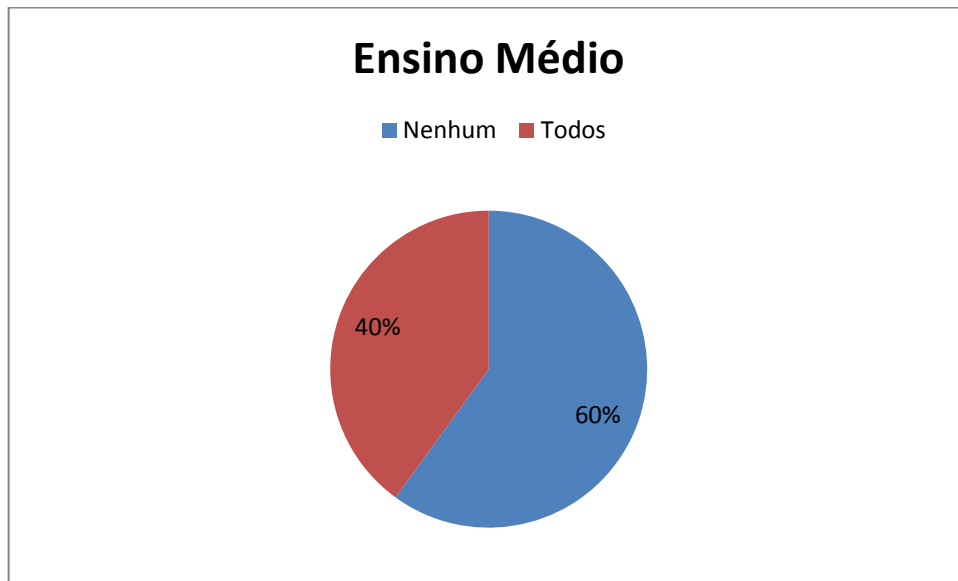


Gráfico 3 - Inserção da Educação Ambiental em fase curricular no Ensino Médio
Fonte: CASTRO NETO, 2011.

Quando questionados sobre em que grau de importância classificariam a Educação Ambiental como fator preponderante na formação e desenvolvimento dos alunos, os professores responderam conforme o gráfico 4:

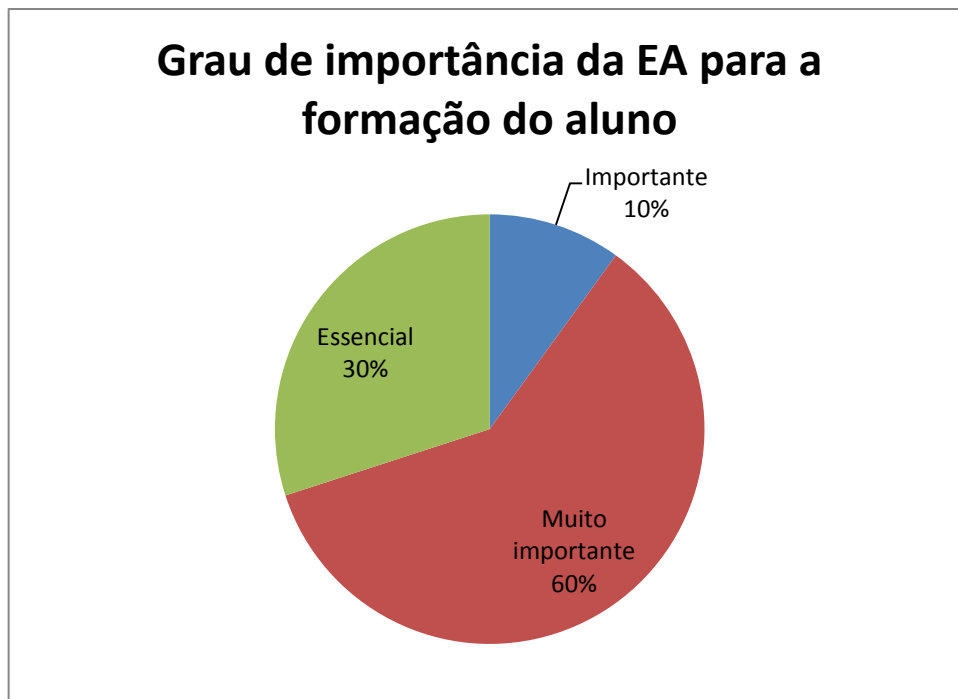


Gráfico 4 - Grau de importância da Educação Ambiental como fator preponderante na formação e desenvolvimento dos alunos

Fonte: CASTRO NETO, 2011.

4.2 Discussão dos dados coletados

O que foi constatado através da pesquisa é que todos os professores e diretores pedagógicos se importam com a Educação Ambiental e participam dos projetos elaboradas pelas escolas das quais fazem parte.

Tal fato está diretamente ligado à definição dada pela Conferência de Tbilisi sobre a Educação Ambiental como uma dimensão que deveria ser dada ao conteúdo e à prática educacional. Entende-se que ela deve fazer parte do aprendizado do ser humano e que isso faz parte de um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, conforme SATO (2002).

A respeito do comportamento diante dos projetos de Educação Ambiental realizados pelas escolas os professores se comportam de duas formas. Metade deles, 50%, “Apoia os projetos existentes e incentiva a inter-relação escola/comunidade”. A outra parte, “executa, simplesmente”.

Tal comportamento é contrário ao pensamento de GUIMARÃES (1995), quando o mesmo diz que “conscientizar não é simplesmente transmitir valores ‘verdes’ do educador para o educando”. Ao participar de projetos de Educação Ambiental, o educador deve apoiar e incentivar o educando e a comunidade de tal forma que provoque em seus receptores uma consciência crítica que resulte em uma nova atitude, um novo comportamento, favorável à gestão ambiental.

O fato de “executar, simplesmente” também é o oposto dos objetivos da Educação Ambiental definidos na Conferência de Tbilisi. Consciência, conhecimento, comportamento e habilidades são tais objetivos e em todos há uma ordenança: ajudar. Isto nos mostra que aquele que proporciona a Educação Ambiental deve ter um nível de comprometimento maior e, além de executar, deve apoiar a relação entre os alunos e a comunidade, colaborando para a propagação da Educação Ambiental de forma construtiva.

Percebemos também que a maior parte dos professores (47%) considera que a Educação Ambiental deve ser implementada em todos os períodos da Educação

Infantil, porém, 60% dos professores consideram que no Ensino Médio a Educação Ambiental não deveria estar inserida.

Fato interessante é a concordância de todos os entrevistados na inserção da Educação Ambiental no Ensino Fundamental.

Não obstante a concordância, a prática da Educação Ambiental deve estar inserida em todos os níveis e modalidades do processo educativo em caráter formal e não formal, conforme Lei nº 9.795 de 1999. Conclui-se desta forma que, apesar de se preocuparem com a Educação Ambiental, a maioria dos participantes da pesquisa ainda desconhecem a referida lei, fazendo-os pensar que na Educação Infantil ou no Ensino Médio, não seria necessária a implementação da Educação Ambiental.

5 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES

5.1 Síntese dos resultados

O objetivo geral deste trabalho de conclusão de curso foi analisar a existência de projetos relacionados à educação ambiental em duas das escolas da rede particular de ensino da cidade de Montes Claros – MG, sendo elas Colégio Prisma e Colégio Sólido.

A Educação Ambiental é essencial para que se consiga alcançar uma mudança de postura, de valores em relação à preservação do meio ambiente e à vida sustentável.

Foi verificada a existência de alguns projetos como a instalação de “mini-fazendas” no ambiente escolar (o que era comum às duas escolas) e a realização de eventos externos como a pedalada ecológica. Além das comemorações da semana do meio ambiente; também comum às duas escolas. Estes projetos espelham a preocupação da instituição de ensino com o meio ambiente. Porém, não só de projetos pontuais deve vir o processo de mudança de atitude. O trabalho de

conscientização deve ser diário e a própria escola pode fazer isso se tornando o primeiro exemplo para seus alunos com o reaproveitamento de materiais, o aproveitamento da água da chuva, a utilização de energias alternativas.

Foi constatado que os professores e diretores pedagógicos estão diretamente envolvidos nesses projetos, porém uma boa parte deles apenas executa o que for solicitado, não incentivando a inter-relação entre a escola e a comunidade, limitando o impacto de conscientização ao ambiente escolar.

Um fato extremamente importante é a afirmação de todos os participantes da pesquisa de que a Educação Ambiental deve ser inserida em todas as fases do Ensino Fundamental, o que mostra a preocupação nos anos de transição entre infância e adolescência; período de definição de valores, mudança de atitude, costumes e conceitos.

REFERÊNCIAS

ASTI VERA, Armando. **Metodologia da pesquisa científica**. Porto Alegre: Globo, 1974.

BRASIL. **Agenda 21 Brasileira – Ações Prioritárias / Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional**. Disponível em: [http://www.ibama.gov.br/rn/wp-content/files/2009/05/Agenda_21_-_Aes_ prioritrias.pdf](http://www.ibama.gov.br/rn/wp-content/files/2009/05/Agenda_21_-_Aes_prioritrias.pdf). Acesso em: 25 set. 2010.

_____. **DECRETO Nº 2.154 de 12 de agosto de 2005**. Regulamenta o fundo único do meio ambiente, instituído pela lei municipal nr. 1.900 de 15 de janeiro de 1991. Disponível em: <[http:// www.montesclaros.mg.gov.br/semma/index.php](http://www.montesclaros.mg.gov.br/semma/index.php)>. Acesso em 20 set. 2010.

_____. **LEI Nº 3.545 de 12 de abril de 2006**. Estabelece política e normas para o ECOCRÉDITO no Município de Montes Claros, e dá outras providências. Disponível em: < [http:// www.montesclaros.mg.gov.br/semma/index.php](http://www.montesclaros.mg.gov.br/semma/index.php)>. Acesso em 20 set. 2010.

_____. **LEI Nº 3.754, de 15 de junho de 2007**. Dispõe sobre a política municipal de proteção, preservação, conservação, controle e recuperação do meio ambiente e de melhoria da qualidade de vida no município de Montes Claros, seus fins, mecanismos de regulação, e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.montesclaros.mg.gov.br/semma/index.php>>. Acesso em 20 set. 2010.

_____. **LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 12 set. 2010.

_____. **LEI Nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em 02 jun. 2011.

CASTRO NETO, João Gomes de. **Educação Ambiental e Sustentabilidade: o perfil de duas escolas da rede particular de ensino na cidade de Montes Claros – MG**. Brasília, 41 p. (Trabalho de Conclusão de Curso apresentado Departamento de Administração, Universidade de Brasília – UNB, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração).

CAVALCANTE, Márcio Balbino. **Educação Ambiental: a responsabilidade individual para uma sociedade sustentável**. 2009. Disponível em: <<http://www.revistaeea.org/artigo.php?idartigo=668&class=02>>. Acesso em 02 jun. 2011.

FARIAS, Josivânia Silva e TEIXEIRA, Rivanda Meira - **A Pequena e Micro Empresa e o Meio Ambiente: A Percepção dos Empresários com Relação aos Impactos Ambientais**. O&S, v. 9, n. 23, Jan./Abr. 2002: 99-113 - Disponível em: <http://uab.unb.br/admead/file.php/172/Referencias/Farias_Teixeira_-_Impacto_ambiental_peq_empresa.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2010.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

JACOBI, Pedro. Resenha. In: Fátima Portilho. **Sustentabilidade Ambiental, Consumo e Cidadania**. São Paulo, Cortez Editora, 2005, 255pp, 183-186 - Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v9n1/a10v9n1.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2010.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. – 5. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2010.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2002.

MATIAS-PEREIRA, José. **Metodologia Científica**. Manual de Pesquisa Científica. Brasília: CEAD/UNB, 2006.

MORIN, Edgar, KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo, Cortez, 2000.

NASCIMENTO, Luís Felipe. **Gestão Ambiental e a Sustentabilidade**. Brasília: UAB, 2008.

PHILLIPPI JR, Arlindo et al. **Uma introdução à questão ambiental**. In: Curso de Gestão Ambiental. Barueri, SP: Manole, 2004.

PORTILHO, Fátima. **Consumo “Verde”, Democracia Ecológica e Cidadania: Possibilidades de Diálogo?**. São Paulo, Cortez Editora, 2005, 255pp, 183-186 - Disponível em: <<http://www.rubedo.psc.br/Artigos/consumo.htm>>. Acesso em: 12 set. 2010.

SOUSA, Roosevelt F. **Uma experiência em Educação Ambiental: Formação de valores sócio-ambientais**. Dissertação de Mestrado, Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, 2003.

SATO, Michèle. **Educação Ambiental**. São Carlos: Rima, 2002.

PESSOA, Zoraide S. ; SILVA, M. R. . **A Educação como Instrumento de Gestão Ambiental numa Perspectiva Transdisciplinar**. In: 18 Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste, 2007, Maceió. Política de Ciência e Tecnologia e Formação do Pesquisador em Educação. Maceió-AL, 2007.

APÊNDICE A

Consentimento livre e esclarecido para participação em pesquisa

Título da pesquisa: **A Educação Ambiental e Sustentabilidade: O perfil de duas escolas da rede particular de ensino na cidade de Montes Claros – MG.**

Instituição promotora: Universidade de Brasília - UNB

Aluno pesquisador: João Gomes de Castro Neto

Atenção:

Antes de aceitar participar desta pesquisa, é importante que você leia e compreenda a seguinte explicação sobre os procedimentos propostos. Esta declaração descreve o objetivo, metodologia/procedimentos, benefícios, riscos, desconfortos e precauções do estudo. Também descreve os procedimentos alternativos que estão disponíveis a você e o seu direito de sair do estudo a qualquer momento. Nenhuma garantia ou promessa pode ser feita sobre os resultados do estudo.

1- Objetivo

O presente estudo tem por objetivo analisar os resultados socioambientais a partir da ferramenta Educação Ambiental e da Sustentabilidade na cidade pólo do norte do Estado de Minas Gerais, Montes Claros.

2- Metodologia/procedimentos

Esta pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica, com análise quantitativa dos dados. Para a análise quantitativa dos dados pode-se utilizar de entrevistas, questionários, formulários, e empregar procedimentos de amostragem, para que assim se possa delinear ou analisar as características de fatos ou fenômenos, avaliar projetos, ou isolar as variáveis principais. Serão selecionadas duas escolas da rede particular de ensino, em funcionamento, ambas com pelo menos duzentos alunos matriculados. Como instrumentos serão utilizados questionários, análise documental e planilha eletrônica Microsoft Excel.

3- Justificativa

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, conhecida como Eco-92 ou Rio-92, realizada em 1992, no Rio de Janeiro, trouxe o lançamento da Agenda 21 Global. Trata-se de um programa de ações, com contribuição de 179 países, que tem como objetivo a promoção de um novo padrão de desenvolvimento, unindo métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

A Agenda 21 Global, gerou subníveis de responsabilidade criando: Agenda 21 Nacional (Agenda 21 Brasileira) e Agenda 21 Local; que é um diferencial da Agenda 21 Brasileira em relação a outros países. Com a criação das Agendas 21, a sociedade brasileira está procurando por uma nova racionalidade que “garanta a

solidariedade e a cooperação, tanto quanto a continuidade do desenvolvimento e da própria vida para as gerações futuras, ameaçadas pelo consumismo perdulário e pela exploração predatória dos recursos naturais” (Fonte: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 25 set. 2010).

A preocupação com o meio ambiente tem sido objeto de estudos e discussões, principalmente em relação à forma de extração dos recursos naturais, os impactos causados pelo crescimento desordenado e de que forma pode-se desenvolver sem comprometer as gerações futuras (desenvolvimento sustentável). Isto é, sem a percepção e ação de toda a humanidade em relação ao meio em que vive e à qualidade de vida no mesmo e também sem atitudes proativas que visem o bem-estar comum, não conseguiremos sustentar a vida da mesma forma. Em um futuro próximo, caso não haja mudanças significativas, haverá racionamento de água energia constantemente e não serão conhecidas diversas espécies da fauna e flora outrora existentes.

4- Benefícios

Através dos resultados da pesquisa, poderão ser fomentadas discussões contribuindo para a eficácia dos projetos de educação ambiental existentes ou a proposta de criação de outros nas escolas que porventura não possuam tais projetos, contribuindo para a melhoria de vida na cidade e região.

5- Confidencialidade das informações

Haverá sigilo absoluto da identidade dos participantes e informações adquiridas durante o processo, pois as informações serão mantidas em anonimato, tendo em vista, que serão utilizadas somente para fins de estudo, evitando qualquer tipo de situação constrangedora.

6- Compensação/indenização

Não se aplica

7- Consentimento:

Li e entendi as informações precedentes. Tive oportunidade de fazer perguntas e todas as minhas dúvidas foram respondidas a contento. Este formulário está sendo assinado voluntariamente por mim, indicando meu consentimento para participar nesta pesquisa, até que eu decida o contrário. Receberei uma cópia assinada deste consentimento. Em se tratando de pesquisa a ser realizada com menores de idade, responsabilizarei pela divulgação dos dados.

_____ Nome do participante	_____ Assinatura do participante	_____ Data
_____ Nome da testemunha	_____ Assinatura da testemunha	_____ Data
_____ Nome do coordenador da pesquisa	_____ Ass. do coordenador da pesquisa	_____ Data

Endereço do Pesquisador: Rua Ernesto Neves, nº: 75, bairro: Edgar Pereira. Montes Claros – MG.

Telefone: (38) 8823-7837 / (38) 3221-0750.

APÊNDICE B

Questionário aos diretores pedagógicos

Nome da Escola: _____
 Diretor(a) Pedagógico(a): _____

1. Para você, o que é Educação Ambiental?

2. Existem projetos de Educação Ambiental / Sustentabilidade em sua escola?

- Sim
 Não

Se sim, responda as perguntas de número 3 a 7. Se não, vá direto à pergunta de número 6.

3. Enumere e descreva os projetos de Educação que a sua escola já realiza:

4. Em sua escola, a Educação Ambiental está inserida no currículo das seguintes fases:

Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
<input type="checkbox"/> Todos	<input type="checkbox"/> Todos	<input type="checkbox"/> Todos
<input type="checkbox"/> 1º período	<input type="checkbox"/> 1º ano	<input type="checkbox"/> 1º ano
<input type="checkbox"/> 2º período	<input type="checkbox"/> 2º ano	<input type="checkbox"/> 2º ano
	<input type="checkbox"/> 3º ano	<input type="checkbox"/> 3º ano
	<input type="checkbox"/> 4º ano	
	<input type="checkbox"/> 5º ano	
	<input type="checkbox"/> 6º ano	
	<input type="checkbox"/> 7º ano	
	<input type="checkbox"/> 8º ano	
	<input type="checkbox"/> 9º ano	

5. Descreva o projeto de Educação Ambiental de maior impacto social que a sua escola já realizou.

6. O que você gostaria de trabalhar a Educação Ambiental em sua escola?

7. Em que grau de importância você classificaria a Educação Ambiental como fator preponderante na formação e desenvolvimento dos alunos?

1. Indiferente
 2. Pouco importante
 3. Importante
 4. Muito importante
 5. Essencial

APÊNDICE C

Questionário aos professores

Nome da Escola: _____

Professor(a): _____

1. Para você, o que é Educação Ambiental?

2. Você participa de algum programa ou projeto de Educação Ambiental / Sustentabilidade em sua escola?

- Sim
 Não

Se sim, responda a pergunta de número 3. Se não, vá direto à pergunta de número 4.

3. Nos projetos de Educação Ambiental de sua escola, você:

- Apoia os projetos existentes e incentiva a inter-relação escola/comunidade
 Não se envolve
 Executa, simplesmente
 Não apoia

4. Em sua opinião a Educação Ambiental deveria estar inserida no currículo das seguintes fases:

Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
<input type="checkbox"/> Todos	<input type="checkbox"/> Todos	<input type="checkbox"/> Todos
<input type="checkbox"/> 1º período	<input type="checkbox"/> 1º ano	<input type="checkbox"/> 1º ano
<input type="checkbox"/> 2º período	<input type="checkbox"/> 2º ano	<input type="checkbox"/> 2º ano
	<input type="checkbox"/> 3º ano	<input type="checkbox"/> 3º ano
	<input type="checkbox"/> 4º ano	
	<input type="checkbox"/> 5º ano	
	<input type="checkbox"/> 6º ano	
	<input type="checkbox"/> 7º ano	
	<input type="checkbox"/> 8º ano	
	<input type="checkbox"/> 9º ano	

5. O que você gostaria de trabalhar a Educação Ambiental em sua escola?

6. Em que grau de importância você classificaria a Educação Ambiental como fator preponderante na formação e desenvolvimento dos alunos?

1. Indiferente
 2. Pouco importante
 3. Importante
 4. Muito importante
 5. Essencial